

# Samey acha que radicais

Entrevista

JULIO FERNANDES

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, quarta-feira, 15 de março de 1989 3

## não elegem o sucessor

DILZE TEIXEIRA

O próximo presidente do Brasil será um político de centro, uma pessoa moderada e sem radicalismos, à imagem da média do eleitorado brasileiro. A opinião é da pessoa a quem o eleito em novembro vai suceder, o presidente José Sarney, que completa hoje seu quarto ano de mandato e faz, em entrevista exclusiva ao CORREIO BRAZILIENSE, um balanço do seu governo e uma análise desapassionada da convenção do PMDB.

Para o Presidente, o PMDB mostrou que continua o mesmo partido, ou seja, ao contrário do que parecia antes da convenção, não é controlado por uma minoria de esquerda, mas permanece como um partido que representa vários segmentos da sociedade — "Novamente a imprensa equivocou-se, como aconteceu por ocasião da votação do mandato presi-

dencial na Constituinte. Os jornais garantiam que ia dar quatro anos e deu cinco. Agora, os jornais garantiam que os radicais seriam vitoriosos e o que se viu foi um quadro bem diferente", disse. Sarney lamenta que a convenção tenha enfraquecido a candidatura do deputado Ulysses Guimarães e aberto um leque de candidaturas possíveis.

Sarney confirmou que possui uma pesquisa indicando que, hoje, o ex-governador Leonel Brizola (PDT) tem 17 por cento das intenções de voto; Lula (PT), 16 por cento; Paulo Maluf (PDS), 10 por cento; e Ulysses Guimarães (PMDB), 7 por cento. Ele acha que isso não significa que Brizola ou Lula vai ganhar a eleição, mas indica claramente quem não tem mais chances de se eleger. O Presidente confessa que editaria novamente o Plano Cruzado, mas de forma alguma faria o Cruzado II.

**P**residente, qual o balanço que o senhor faz da convenção do PMDB, realizada neste final de semana?

A convenção nacional do PMDB mostrou que o partido mantém sua mesma fisionomia. A fisionomia de um partido que representa vários segmentos da sociedade e não detém a hegemonia dos radicais que foi tão apregoada. Aliás, abro aqui um parêntese para registrar que a imprensa, como por ocasião da votação de meu mandato — então assegurava que ia dar quatro anos e deu cinco —, novamente equivocou-se. Todos os jornais garantiram que os radicais seriam os grandes vitoriosos e o que se viu foi um quadro bem diferente. O partido continua dividido e nenhuma corrente é hegemônica.

Com o resultado da convenção do PMDB o quadro sucessório ficou mais claro, mais definido?

Pelo contrário. Ficou mais difícil porque o PMDB abriu um leque de candidaturas. Ao invés de se fixar num candidato, enfraqueceu a candidatura do dr. Ulysses Guimarães.

O Governo vem adotando uma série de medidas austeras e moralizadoras tentando melhorar a imagem. Como o senhor vem encarando a série de denúncias de corrupção em sua administração?

As medidas que o Governo tem tomado não são para melhorar a sua imagem, como você coloca. São tomadas porque são necessárias, mesmo quando são antipáticas e duras. Quanto às denúncias de corrupção, quero dizer — e isso tenho repetido várias vezes — que no meu Governo nenhuma denúncia ficou sem apuração e os responsáveis foram punidos. Determinamos várias intervenções em bancos, o confisco de bens de mais de 400 pessoas foi determinado pelo Banco Central e até decretamos a prisão de 15 pessoas. Nenhum governo foi mais austero do que o meu.

E sobre essa série de denúncias de corrupção praticada por seus auxiliares diretos, o que o senhor tem a dizer?

Essas acusações são genéricas e de natureza política. Deste tipo de acusação nenhum Governo consegue fugir. Agora mesmo, nos Estados Unidos, a administração do ex-presidente Ronald Reagan está sendo atacada sob acusação de corrupção. O presidente François Mitterrand também não ficou livre de acusações desta natureza. Portanto, todos os governos democráticos são vítimas da irresponsabilidade e leviandade de grupos e levados por interesses subalternos.

O senhor vem recebendo relatórios semanais sobre o Plano Verão. Que resultados ele apresenta?

Até aqui os resultados têm sido muito bons, melhores e mais sólidos do que aqueles obtidos com o Plano Cruzado. Contudo sabemos que o combate à inflação é uma luta muito dura e exige muitos sacrifícios. A inflação está de tal modo enraizada e tem tantos aliados — aqueles que sempre obtiveram lucros e vantagens com a especulação — que é uma luta muito difícil, exige muito cuidado e sacrifícios, repito.

Uma das condições para que o Plano Verão obtivesse sucesso era a entrada de dinheiro novo, o que não vem ocorrendo. Até que ponto essa situação ameaça o Plano Verão?

É bom dizer que desde a edição do Plano Verão nós já reservamos cambiais aumentando bastante. Estamos tendo apoio de países ricos, como o Japão que está liberando um bilhão e 450 milhões de dólares e seis dias, só para começar, do Plano Nakasoni. Uma missão integrada por membros do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento está trabalhando para viabilizar novos empréstimos.

Estamos desobstruindo todos os canais no relacionamento com a comunidade financeira internacional. O Brasil tem cumprido suas obrigações, feito sua parte. Quem não vem cumprindo a sua são os países desenvolvidos, os nossos credores.

O Governo adotou uma política de juros elevados com o objetivo de reprimir o consumo e evitar a especulação das empresas através da formação de estoques. Mas, em contrapartida, essa política vem aumentando significativamente os encargos da dívida interna. Até quando essa política de juros altos poderá ser mantida?

Temos que pagar um

**“O PMDB, após a sua convenção abriu um leque de candidaturas. Enfraqueceu Ulysses e não se fixou em ninguém”**

preço pela inflação. E por isso que o Governo tem cortado suas despesas, reduzido o déficit público, adotado medidas duras que resultam num ônus político muito grande. Mas temos a convicção de que são medidas necessárias para o sucesso do plano e foram cuidadosamente avaliadas. Quanto à política de juros altos está claro que vem sendo acompanhada. O fato é que não podemos incorrer no mesmo erro do Plano Cruzado que congelou os juros e, em consequência, provocou o desabastecimento, a explosão do consumo e a especulação. No Plano Verão estamos em permanente vigilância e com grande frequência fazendo as necessárias correções. O problema dos juros vem sendo avaliado, como disse, e no devido tempo faremos os ajustes de acordo com a realidade do País.

Como o Plano Brady está sendo visto pelo Governo?

Do ponto de vista conceitual, o Plano Brady é um grande avanço, uma vez que os Estados Unidos passaram a administrar a questão da dívida politicamente e não seguindo as normas do mercado. É bom lembrar que fui o primeiro a defender um tratamento político para a dívida dos países latino-americanos, em discurso que fiz na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1985. Essa tese, posteriormente, foi endossada por países industrializados e agora pelos Estados Unidos, com o Plano Brady. Mas para que possa emitir uma posição mais concreta a respeito precisaria de mais detalhes. O que posso adiantar é que, em nível conceitual, esse plano, inegavelmente, se constitui

**“Brizola, com 17 por cento da intenção de voto, não vai ganhar a eleição e nem tem chance as candidaturas hoje colocadas”**

em um avanço na direção correta.

O Senhor poderia antecipar alguns pontos da política salarial que o Governo vai propor, considerando a bandeira que empunhou com o slogan “Tudo pelo social”?

Entendo que o País atingiu um avanço tal que as negociações em torno dos salários devem ficar circunscritas ao universo dos patrões e dos empregados. O Governo não pode continuar sendo o ditador das políticas salariais à revelia dos principais interessados.

O senhor fixou prazo (28 de fevereiro) para que os ministérios encaminhassem estudos sobre os funcionários sem concurso ou com estabilidade, e quais os dispensáveis ao serviço público. Mas, parece, até agora somente os ministé-

rios da Justiça e do Planejamento cumpriram esse prazo...

Não é verdade. Quase todos os ministérios estão executando as medidas que determinei visando o corte de pessoal, a extinção de cargos e a redução dos gastos com custeio.

O Congresso pretende aprovar uma lei proibindo a demissão de funcionários públicos em face das eleições deste ano. O que isto afetaria a política de enxugamento da máquina administrativa?

Como disse, está havendo demissão dos servidores desnecessários. Quanto a essa lei pretendida pelo Congresso é bobagem. Ela já existe. Se a idéia é evitar a perseguição política isso em nada me afetaria, até porque nunca em meu Governo demiti uma pessoa sequer por perseguição política ou questões menores.

Como o Governo vai conseguir promover o descongelamento dos preços sem provocar, simultaneamente, uma explosão na inflação?

O Plano Verão não está limitado ao congelamento de preços e salários. Está respaldado por uma política fiscal e monetária que obriga os preços a ficarem estáveis. Quando chegar o momento, o Governo saberá administrar o descongelamento e esse momento será quando tivermos a certeza de que ele poderá ser feito sem prejudicar o controle inflacionário.

Como o senhor está encarando a greve geral dos trabalhadores contra o Plano Verão?

A greve geral é um desserviço ao País, disso não tenho dúvidas, embora reconheça que ela é um direito assegurado pela Constituição. Mas nesse caso a greve é contra o quê? Contra o fato de a inflação ter baixado ao nível de 3,5 por cento? Esta greve é política, inspirada na violência e pretende obrigar a população — que não deseja greve, como demonstram todas as pesquisas — a ficar privada dos serviços. Ela demonstra a que ponto o País está exposto a riscos em consequência da ação de um grupo que detém uma faixa de poder e busca a todo custo ampliá-la. É o típico caso de utilização da liberdade para matar essa mesma liberdade. E foi por meio desse processo que as democracias têm se liquidado no mundo.

O seu Governo completa hoje quatro anos. Gostaria que o senhor, ao invés de fazer um balanço, citasse o pior e o melhor momento deste período.

Como tenho dito, quem governa o faz com realidades e não com abstrações. Tenho procurado fazer o melhor, cumprir com o meu dever. Tratei de administrar com o que definiu Bismarck, a arte do possível. Mas se tivesse que fazer uma revisão de meu Governo muitas coisas que fiz não mais faria e muitas repetiria.

Dê um exemplo concreto de uma medida que tomou nesses quatro anos e repetiria.

Reeditaria o Plano Cruzado.

E uma que o senhor não repetiria.

Com certeza não reeditaria o Plano Cruzado II.

A pesquisa que o senhor tem em mãos, mostrando que o ex-governador Leonel Brizola tem hoje 17 por cento das intenções de voto, o que significa?

Não significa que ele vai ganhar a eleição, mas significa que várias outras candidaturas hoje colocadas não têm mais chance. Minha opinião é de que o próximo presidente será um político moderado, de centro, à imagem da média do eleitor brasileiro, que é avesso a radicalismos de qualquer espécie.